

Integração e Conflitos na Região Amazônica

Vinicius Modolo Teixeira⁵³

Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo⁵⁴

Resumo

Compreendida como uma região ‘pacífica’, a América do Sul experimentou, ao longo de sua história, conflitos motivados em sua maior parte por problemas fronteiriços. Estes têm influenciado de forma direta a execução de uma série de projetos com vistas a estabelecer uniões econômicas, zonas de livre comércio e mercados comuns. Entretanto, os projetos de integração vêm sendo preteridos, nos últimos anos, por alianças estratégicas, acordos bilaterais e movimentos de aproximação, sempre levando em conta as atuais rivalidades do subcontinente. Este trabalho discute as relações entre conflitos, projetos de integração e movimentos de aproximação, dando especial atenção à região amazônica.

Palavras-chave: *Amazônia; Conflitos de Fronteira; Integração Regional.*

Resume

Entendida como una región ‘pacífica’, la América Del Sur há experimentado a lo largo de su historia los conflictos motivados principalmente por problemas fronterizos. Estos han influido directamente en la aplicación de una serie de proyectos destinados a establecer uniones económicas, zonas de libre comercio y mercados comunes. Sin embargo, los proyectos de integración no han tenido éxito en los últimos años, lãs alianzas estratégicas, y los movimientos Del enfoque bilateral, siempre teniendo em cuenta lãs rivalidades actuales em El subcontinente. Este trabajo analiza la relación entre conflictos, proyectos de integración y movimientos de aproximación, prestando especial atención a la región amazônica.

Palabras-clave: *Amazon; Conflictos Fronterizos; Integración.*

Introdução

A América do Sul experimentou movimentos de aproximação e distanciamento entre seus Estados componentes desde a retirada do poder colonial até a contemporaneidade. As alternâncias entre projetos de integração e processos conflitivos se sucederam em grande quantidade, agregando variados países de muitas maneiras na busca de superação da condição de periferia no sistema mundial. Nosso recorte de análise, a região amazônica, envolve oito países, que além das dificuldades econômicas, têm experimentado nas últimas décadas vários conflitos ligados às questões fronteiriças, de segurança, políticas, etc. Paralelamente a esses problemas, aparecem iniciativas insistentes de formação de blocos econômicos e dinamização da infraestrutura multinacional (CAN, TCA, IIRSA). Esse movimento dá-se num complexo processo de mundialização das economias nacionais e que torna cada vez mais necessárias as reflexões sobre a

⁵³ Graduado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. falecomovinas@gmail.com

⁵⁴ Profª. Dra. da Universidade Federal de Uberlândia, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória. ritacmsou@ufu.br

região.

Comparativamente a outras regiões do globo, a porção sul da América experimentou relativa paz durante os quase duzentos anos de independência, sendo que os conflitos que ocorreram foram entre os próprios países sul-americanos e, apesar de marcantes para eles, tiveram menor intensidade do que em outras partes do mundo. Nessa perspectiva, os conflitos mais importantes na América do Sul foram: Guerra do Paraguai, Guerra do Pacífico e Guerra do Chaco; o que demonstra que os conflitos entre os países amazônicos não foram dos mais importantes e, quando ocorreram, de maneira geral, bastante limitados em sua duração e materiais empregados, devido à falta de condições econômicas e equipamentos para sustentar uma guerra de maior proporção e as dificuldades de penetração na floresta.

Já os projetos de integração, apresentados principalmente na segunda metade do século XX, sempre prezaram pelo entrelaçamento econômico como via para a superação dos problemas internos dos países sul-americanos, que alavancariam o desenvolvimento regional e uniriam os Estados partícipes através de uma interdependência econômica. Porém, esses projetos não lograram se fortalecer e mesmo se estabelecer devido a inúmeros fatores, sendo um dos principais a ocorrência de conflitos latentes na região compreendida por esses projetos.

A região amazônica também deve ser compreendida nesse antagonismo entre integração e conflito, inclusive já palco de ambos ao longo da história. Aqui se sustenta que a manutenção de rivalidades é o principal motivo para o enfraquecimento dos projetos de integração, mas que é a preocupação quanto a esses mesmos conflitos que sustenta outro tipo de interações na região. Essa situação ímpar apresentada é reflexo da formação colonial comum e das influências externas, que têm como objetivo dar continuidade à condição de dependência apresentada pelos Estados sul-americanos frente aos países centrais e facilitar a penetração dos mesmos nessa região.

Assim, este trabalho tem como propósito refletir sobre a relação entre processos de integração e conflitos, através das influências destes últimos na emergência de alianças regionais de forma a preservar a rivalidade inserida nos blocos econômicos.

A dinâmica dos Processos de Integração

Os movimentos, visando à integração da América do Sul, não são todos de origem recente quando comparados à história europeia, sendo que no século XIX, pensamentos com vistas à ampliação de mercados e movimentos de convergência econômica entre os países apresentavam-se como de interesse regional e tinham por objetivo levar ao desenvolvimento o conjunto das ‘jovens nações’.

Nesse sentido, também a região amazônica foi pensada para abrigar uma forma primitiva de

integração, que à época buscava prover a proteção regional da floresta contra a pressão de interesses externos:

A visão mais completa e equilibrada da questão amazônica seria desenvolvida, em 1864, pelo eminente jurista José Antônio Pimenta Bueno. Nela associa o direito, a economia, o comércio, a navegação, os limites, numa política externa de amizade efetiva, cuja versão é a integração dos países da Bacia Amazônica. Constrói dessa forma a teoria antecipada de um pacto amazônico. (CERVO, 1981 *apud* ANTIQUERA, 2006, p. 25).

A partir da segunda metade do século XX, movimentos que objetivavam a integração econômica da América do Sul ganharam grande impulso, influenciados pela necessidade de dinamização das economias locais e, principalmente, pelo relativo sucesso que apresentou o modelo europeu que teve início no após Segunda Guerra. Os processos de integração foram idealizados a partir da realidade local, na tentativa de superação da situação periférica da região, visualizando essa alternativa de união como o caminho a ser empreendido para diminuir a dependência econômica. Nesses últimos cinquenta anos, a execução desses projetos foi se sucedendo em movimentos de sobreposição ou substituição como alternativa a eles mesmos, seguindo os interesses dos grupos políticos que se alinhavam e divergiam em cada época.

Nesse sentido, os projetos baseados em intercâmbios econômicos e supressões tarifárias entre os países-membros, tiveram início na década de 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), sob orientação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), e do qual participavam alguns países da América Latina com a intenção de formação de uma zona de livre-comércio até 1973.

Esse primeiro projeto integracionista, no entanto, não logrou sucesso. Já nas primeiras reuniões, tinham o objetivo de redução de tarifas relativas ao controle alfandegário, o que foi atrasando o cronograma original. A sequência infrutífera de reuniões para dar seguimento à liberalização das tarifas reprogramou para 1980 a formação da zona de livre-comércio, ano em que houve a mudança de nome para Associação Latino Americana de Integração (ALADI). O desenvolvimento da proposta foi marcado por um começo promissor, seguido de incompatibilidades, impasse e imobilismo, dando margem para o surgimento de outras propostas de integração marginais a essa (SILVEIRA, 1992).

O primeiro projeto que congregava uma soma significativa de países da região amazônica, baseado também nas orientações da CEPAL, mas como alternativa regional à ALALC, foi a Comunidade Andina de Nações (CAN), que utilizava os limites físicos da Cordilheira dos Andes para a orientação do conjunto de países que comporiam o projeto. Essa proposta, iniciada em 1969, tinha como plano a formação de um mercado comum entre os países-membros, e evoluiu com relativo sucesso ao longo do tempo, apesar de representar uma área bastante instável e marcada por conflitos de fronteira e fortes antagonismos entre os países, abarcando a maioria das contendas da

região amazônica. Alguns fracassos, como a saída do Chile, em 1976, e a saída da Venezuela, em 2004, assim como desconfianças permanentes entre os outros parceiros, impuseram limitações ao conjunto de países que permaneceram na Comunidade.

É a partir do surgimento da CAN que pode ser compreendida a criação do projeto, o qual tem por distinção a região amazônica como alvo de um programa de integração e, também, como região delimitadora.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) surge no fim da década de 1970, em momento bastante intenso da vida política dos países sul-americanos, bem como na ocorrência de conflitos e confrontações entre eles. As bases do TCA foram lançadas de forma a superar a exclusão promovida pelo Pacto Andino em relação ao Brasil, e também com a possibilidade de execução de um plano para auxiliar no desenvolvimento da região amazônica, de crescente importância para o Brasil naquele momento, pois que contava com o arrefecimento das tensões na Bacia do Prata. A criação da CAN, buscando a integração dos países da região do Pacífico, afetaria em grande monta o envolvimento do Brasil na região, o que era visto como uma ameaça para sua economia e estratégia regional, principalmente por esse bloco estar localizado na fronteira de sua região menos desenvolvida, a Amazônia.

O Pacto Amazônico foi certamente uma reação brasileira à criação do Pacto Andino, na medida em que nosso país se sentia alijado do processo de integração feito às “nossas costas”, e em uma área geopolítica estratégica do território nacional. A proposição do Pacto, em 1978, veio como resposta à Comunidade Andina e aos percalços que esta enfrentava, exemplificados pelas várias concessões feitas ao Chile e sua posterior desvinculação do bloco, assim como a demora venezuelana em aceitar as condições para sua adesão. Aproveitando o momento, o Brasil busca com a formalização do TCA sua inserção na região noroeste da América do Sul, a partir de um projeto de integração, de proposição própria, utilizando a Amazônia como fator envolvente dos outros países, além de excluir o Chile por não ser país amazônico e economia concorrente ao Brasil:

O Brasil pretendia não só diminuir receios dos vizinhos, mas também impedir que a existência de um grupo hispano-americano no norte da América do Sul (Pacto Andino) levasse à exclusão do Brasil desse subsistema, remetendo a diferenças com raízes nas disputas entre os países ibéricos. O objetivo principal parece não ser enfraquecer o Pacto Andino, como temiam seus membros, mas apenas garantir a presença do Brasil nesse espaço sub-regional. [...] (ANTIQUERA, 2006, p. 65).

Nessa época, o governo militar brasileiro começa, também, a se valer da utilização do discurso da Pan-Amazônia para se referir à região, definindo assim uma área multinacional. O Brasil buscava ampliar a visão desse território como área pertencente a vários países, em contraposição à compreensão reinante e sinonímica entre Brasil e Amazônia, para então fundamentar a carta de intenções aos outros parceiros. O livro do General Meira Mattos, *Por uma*

Geopolítica Pan-Amazônica, de 1980, traz esse discurso, além de argumentar fortemente sobre a importância da integração dessa região como fator de auto-proteção e preservação, que deveria ser feita com a união de todos os países ali presentes, frente à possibilidade de ingerência externa ao território da floresta, o que sempre foi um fantasma a assombrar a região, principalmente na visão da caserna. Apesar disso, uma proposta envolvendo aspectos relativos à cooperação na área de defesa foi rejeitada desde o início, como observa Antiquera (2006); o que pode ser explicado pelo objetivo brasileiro de manter o protagonismo no TCA desde o início.

A proposta do TCA teria, entretanto, um forte argumento em seu favor e de interesse de todos os envolvidos, pois poderia incorporar definitivamente para a economia dos países-membros as áreas sobre domínio da Floresta Amazônica. Com efeito, sem exceção, as regiões de floresta representam os mais baixos níveis de desenvolvimento social e a porção menos ocupada dos países-membros. A proposta representava uma chance, sobretudo, para a integração nacional, em paralelo à realização da integração internacional e a possibilidade da correção dos desníveis regionais.

Cabe lembrar que a continuidade de todos os projetos até então pensados não havia sido interrompida, desenvolvendo-se concomitantemente ALADI, CAN e TCA. Cada qual com objetivos específicos e voltados para os interesses dos países agrupados, diferenciando-se também pelos níveis de integração planejados e os métodos para sua efetivação. De maneira geral, todos tinham por base o mesmo intento, a busca por melhores condições de desenvolvimento, baseada unicamente em perspectivas de integração econômica e comercial, não contemplando formas de superação de possíveis conflitos entre seus membros.

A partir da década de 1990, uma profusão de novas propostas surge no cenário sul-americano, beneficiadas pela melhora das relações entre antigos rivais, a redemocratização de vários países e pelo discurso da globalização da economia.

Nesse contexto, o Mercosul surge como fruto da confiança política construída entre Brasil e Argentina durante década de 1980, formalizado em 1991 e incluindo também Paraguai e Uruguai. Portanto, o bloco econômico mais solidamente edificado no subcontinente não foi pensado com objetivos específicos para a região amazônica, apesar de ter o Brasil como membro, e sim, para ter uma atuação preponderante sobre o eixo Brasil-Argentina. Dessa forma, o Brasil passava a participar de dois macroprojetos de integração, com a condição de protagonista em ambos, conforme ditava seus anseios estratégicos.

Com a formalização desse acordo envolvendo a Argentina, a Amazônia retorna à sua condição de coadjuvante na política externa brasileira, e conseqüentemente, atrela o mesmo significado ao TCA, que passa a ser preterido em relação ao Mercosul. A Argentina se coloca mais uma vez como a prioridade brasileira no âmbito internacional, agora sem a condição de rivalizar militarmente com o Brasil, devido à sua *débâcle* na Guerra das Malvinas, e necessitando de

melhores condições econômicas, as quais o Brasil poderia proporcionar quando efetivado o bloco, evidentemente que não sem ganhar muito com isso:

Mais uma vez a bacia platina é priorizada à amazônica, do ponto de vista das relações internacionais do país. É possível notar já um importante fator que dificulta o equacionamento eficaz do problema amazônico: **a desarticulação entre a formulação da política de defesa e da política diplomática**. Em termos de defesa, a Amazônia passa a ser prioridade na década de 1980, enquanto em termos diplomáticos é a bacia platina que recebe a maior atenção nesse período. (ANTIQUERA, 2006, p.100, destaques nossos).

O distanciamento da perspectiva da defesa e diplomacia é sintomático da desarticulação, não só do Brasil em relação aos projetos de integração regional, mas, de maneira geral, de todos os países sul-americanos e, talvez, o principal motivador da falência ou estagnação desses projetos. Ao mesmo tempo onde ocorriam reuniões para promover a articulação política e econômica regional, as tropas permaneciam estacionadas junto à fronteira dos antigos rivais, não contribuindo dessa maneira ao ganho de confiança entre os parceiros dos blocos de integração. Mesmo no caso do Mercosul, o Brasil continua a privilegiar militarmente a fronteira sul, onde se concentra a maior parte do seu exército, a despeito do discurso de proteção e vigilância da Amazônia, que é alardeado como central nos dias atuais.

Fora do protagonismo brasileiro, o pensamento integracionista regional também foi trabalhado no sentido dos interesses das grandes potências, vendo nele a chance de consolidação de laços econômicos, com garantia do fluxo de matérias-primas e mercado consumidor para seus parques industriais. Assim, em 1994, nasce a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), capitaneada pelos EUA, concebida como maior projeto do tipo no continente para integrar de forma definitiva todos os países, à exceção de Cuba, de maneira similar ao ocorrido na Europa e seu bloco continental.

O receio crescente de vários países da região em aprofundar sua dependência do parque tecnológico estadunidense, além de outros fatores que inspiravam a desconfiança sobre os efeitos benéficos desse acordo, arrastaram as discussões até a exaustão, juntamente com várias denúncias de incompatibilidades congênitas, levando assim ao abandono das negociações. Dessa maneira, coube à política externa dos EUA buscar outras formas de manter a inserção privilegiada na América do Sul, fazendo-se valer de uma série de acordos bilaterais com vários países do subcontinente, o que tem sido avaliado como clara interferência e um açoite sobre os projetos de integração regional.

Como resposta às desconfianças surgidas na proposta de criação da ALCA, na primeira década do novo século, outra proposta foi inserida no subcontinente, formulada pela Venezuela e contendo um forte discurso anti-estadunidense como um de seus símbolos. Essa proposta representa

uma alternativa aos projetos de integração formulados pelos EUA e, segundo o presidente Hugo Chávez, rompe com a ingerência deste país sobre as economias da região. Os países que até agora se filiaram à nova proposta, chamada de Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), são governos alinhados com propostas de esquerda e ao movimento de cunho socialista bolivariano, como Bolívia, Cuba e Nicarágua, além de outros que veem nessa proposta uma maneira de conseguir acesso ao petróleo e subsídios venezuelanos.

A ALBA encontra-se em fase inicial de construção e, assim como outros projetos, encontra-se sobreposta a outros projetos regionais, além de estar atrelada fortemente a uma proposta de um único governante. Uma mudança de governo ou atitude política nos países membros, e principalmente na Venezuela, pode implicar em retrocesso ou mesmo falência de tal programa.

O problema da alternância de governos na América do Sul tem representado um fator determinante para a evolução de projetos integracionistas e a manutenção de relações diplomáticas minimamente estáveis. Esses projetos, muitas vezes estão enquadrados como propostas de governo particulares, e não como proposta de Estado, e que, assim sendo, garantiria a segurança e a continuidade das propostas, mesmo com a alternância de governantes e partidos.

Outro movimento que tem a integração sul-americana como objetivo, mas que não está organizada na forma de bloco econômico, é a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), cujo papel principal está em prover ao subcontinente a infraestrutura necessária a sua integração, na forma de redes de transporte, energia e comunicações. O projeto de integração de redes de transporte, comunicação e energia através do IIRSA engloba os 12 países da América do Sul e define vários eixos de integração, organizados em norte-sul e leste-oeste. É um projeto que ainda levará tempo para sua total implementação e dependerá dos ânimos internos dos países para sua execução. Parte dos investimentos para a concretização dessas vias de ligação será alocada pelo BNDES aos países vizinhos, revelando o grande interesse brasileiro sobre tal iniciativa, o qual muito se assemelha a antigos projetos geopolíticos do Brasil para englobar toda a América do Sul sobre sua influência, como Mário Travassos projetava já na década de 1930, através de ligações com os vizinhos como forma de superar a Argentina no continente.

Os conflitos de fronteira na Amazônia

Os conflitos que têm os países que compõem a região amazônica como palco se desenvolvem, sobretudo, pela disputa territorial em áreas fronteiriças entre esses Estados que se formaram após a retirada do poder colonial europeu. Conflitos como a Guerra do Pacífico, travada entre Peru, Bolívia e Chile, ainda no século XIX, e os diversos conflitos na fronteira entre Equador e Peru, no século XX, têm papel importante para a compreensão da realidade das relações entre

esses países na atualidade.

Em suma, a falta de clareza na demarcação dos limites entre os novos Estados independentes foi fonte de inúmeras contendas entre esses países, e ainda geram motivos para o seu distanciamento diplomático nos dias atuais. Em parte, esses problemas são oriundos da demarcação das fronteiras em áreas de difícil acesso para a efetiva colimação dos limites, pois muitas vezes apresentadas em áreas de montanha ou selva, o que somente recentemente, com o avanço tecnológico, se faz possível de forma eficaz e muitas vezes remota.

Durante o período colonial a região estava submetida basicamente a duas metrópoles, Portugal e Espanha, que dominaram a quase totalidade da área. A separação das possessões coloniais entre os dois impérios enfrentou diversos ajustes, e mesmo assim, a definitiva divisão dos territórios pertencentes a cada país ibérico só se efetivou no começo do século passado, já sob a tutela de Estados independentes.

O Brasil, controlador do espólio português na América do Sul, apesar de detentor da maior parte da floresta amazônica, não enfrenta graves problemas de confrontação com seus vizinhos pela demarcação de fronteiras, como ocorrera no caso português frente ao Império espanhol. O avanço português sobre essa região se deu de forma constante a partir da colonização, e logrou avançar fundo sobre a América do Sul, principalmente na área da floresta. Apesar disso, o controle luso sobre a região foi empreendido com o mínimo de gastos e se utilizando principalmente de índios e fortificações, como forma simbólica de controle, em um movimento continuado pelo Brasil independente, e que experimentou momentos de intervenção externa, movimento chamado por Machado (1997) de ‘Controle Intermitente’.

Nossos limites na região amazônica foram definitivamente oficializados no começo do século XX, a partir dos acordos celebrados pelo Barão do Rio Branco, junto a nossos vizinhos, sempre de forma pacífica e se utilizando da diplomacia como via, sendo sua figura cultuada nas relações exteriores brasileiras por tais feitos. Esses acordos foram facilitados, de certa maneira, pela impotência dos outros países em assegurar as áreas em litígio, pela presença de brasileiros ocupando a região e de não interessar ao Brasil o envolvimento em nenhum conflito com os países amazônicos já que a política externa e preocupação estratégica brasileiras eram com a Bacia do Prata e, em particular, a Argentina. Cabia ao Brasil, naquele momento, formalizar seu território na porção norte, podendo então despender toda atenção ao país portenho, com o qual sempre manteve uma situação de rivalidade na busca pela influência sobre os países sul-americanos. A Amazônia serviria, além disso, como trunfo que poderia ser utilizado pelo Brasil para contrapor a Argentina, dada a limitação da contiguidade geográfica desta em exercer influência sobre a região.

No entanto, os acordos que formaram nossa fronteira norte junto aos países vizinhos cristalizaram uma imagem negativa no imaginário dessas sociedades, simbolizada por um Brasil

imperialista, e que continuava o movimento iniciado por Portugal de expansão do litoral Atlântico sobre o restante da América do Sul. Esta construção simbólica assinalada pela literatura sobre a região, povoa as relações desses países com o Brasil e contribui para um distanciamento no decorrer da história.

Mais complicada, porém, é a situação dos países que compunham o antigo império espanhol e suas inter-relações, principalmente os países da região amazônica, pelos processos contenciosos que já os levaram diversas vezes ao enfrentamento direto, causando o rompimento das relações diplomáticas bilaterais e espalhando incertezas por toda a região.

Os conflitos presentes na Pan-Amazônia são, em sua maior parte, disputas fronteiriças originárias do processo de descolonização ou enfrentamentos diplomáticos oriundos de uma rivalidade estabelecida historicamente no seio das sociedades locais, os quais têm apresentado continuidade ao longo da história. Deve-se destacar que os objetivos políticos na manutenção desses conflitos prevalecem sobre uma possível cooperação entre esses países.

As disputas e incertezas geradas pelos processos contenciosos ajudam a compor um quadro de instabilidade sobre a região amazônica, e que dificulta a promoção de projetos que têm como objetivo incentivar a interdependência política e econômica entre esses países, especialmente a integração efetiva de seus mercados e interesses estatais, tendo como base o exemplo europeu de integração em uma comunidade econômica.

A atual situação dos países da região amazônica, mesmo sem registrar um conflito direto entre Estados desde 1995, com o último confronto entre Equador e Peru, ainda inspira avaliações cautelosas quanto ao seu desenvolvimento. Segundo Héctor Saint-Pierre (*apud* MEDEIROS FILHO, 2008), a América do Sul poderia ser dividida em duas porções segundo sua propensão para a emergência de conflitos. A primeira porção, chamada de ‘Arco da Estabilidade’, enquadraria os países pertencentes ao Cone-Sul e o seu processo de integração, o Mercosul, que se apresenta mais desenvolvido e menos propenso a uma regressão para processos conflitivos. Já a segunda é chamada pelo autor de ‘Arco da Instabilidade’, e representa a área que inclui os países com maior probabilidade de se envolver em conflitos, como Colômbia e Venezuela, e Bolívia e Chile, dentre outros.

Outro fator que contribui para a manutenção dessa situação de ‘instabilidade’ seria a influência externa que sofrem os países do setor noroeste da América do Sul. A pressão externa sobre essa região foi constante, mesmo durante a gerência de Portugal e Espanha, que enfrentaram a cobiça de outros países europeus como Inglaterra, Holanda e França, os quais lograram compor territórios no norte do subcontinente na região da floresta amazônica.

Com a elevação dos EUA à condição de potência mundial, a influência externa na região passa a provir principalmente desse país, como demonstra a pressão que exerceu para a abertura e

livre-navegação do Rio Amazonas, então controlado pelo Brasil, para permitir o acesso às riquezas da região e ao interior dos outros países da América do Sul. A influência dos Estados Unidos na ‘instabilidade’ regional foi primeiramente discutida por Mario Travassos, na década de 1930, conforme assinala Medeiros Filho:

Cumpre destacar que, já na década de 1930, Travassos se referia a *‘instabilidade geográfica do canto noroeste do continente’*. Na segunda parte de seu livro (signos de inquietação política), Travassos escreve o capítulo VI – Influência norte-americana, em que procura demonstrar que a influência que o potencial *yankee* exerce sobre os países americanos obedece a fatores puramente geográficos. Para ele a instabilidade estaria diretamente relacionada à influência dos Estados Unidos e teria causas puramente geopolíticas: *‘justo porque está numa das extremidades da massa continental, se mostra presa fácil a influências extra-continentais’*. (MEDEIROS FILHO, 2004, p. 15).

O livro de Travassos, nesse sentido, se mantém atual, na medida em que a interferência estadunidense na região continua ativa e tem justamente essa porção do continente como representante da maior inserção de militares e projetos mantidos por esse país.

Além da presença militar dos EUA na região, outro fator que tem tido influência sobre o relacionamento dos países amazônicos é a ‘repotencialização’ das forças armadas da região, discutida pela mídia como uma ‘corrida armamentista’. As aquisições de equipamento bélico que têm suscitado esse tipo de declaração na América do Sul estão baseadas, sobretudo, no tipo e volume dos materiais que têm sido movimentados para a região. Para Costa (2009), o reaparelhamento e a modernização dos sistemas de defesa desses países estariam associados às instabilidades e incertezas em todo o sistema internacional pós-11 de setembro e envolveriam o mundo como um todo.

As aquisições de material militar realizadas pelos países do ‘Arco da Instabilidade’, se observadas com atenção, seriam como respostas a uma aquisição feita pelo vizinho, de forma a anular uma possível vantagem que o outro país possa contar em determinada área. Como exemplo, teríamos o caso do Peru, onde a compra de grande quantidade de mísseis anti-carro⁵⁵, deve-se ao fortalecimento das armas blindadas do Chile e Equador, em áreas próximas à sua fronteira. Outra motivação para a realização de encomendas bélicas seria a renovação do antigo material em uso por esses países, em um processo de modernização. Como exemplo, o caso da Venezuela, que substituiu toda sua frota de aviões de combate por modelos mais modernos. Aliás, a Venezuela, após sofrer embargo de itens militares dos EUA, elegeu Rússia e China como seus novos fornecedores de armas, e foi o país amazônico que mais fez aquisições militares nos últimos anos para diversos setores de suas forças armadas, porém em sua maioria, como substituição aos antigos equipamentos que tiveram sua manutenção degradada pela falta de peças dos EUA ou com componentes com

⁵⁵ Mísseis anti-carro se destinam ao emprego contra veículos providos de blindagem, como tanques e transporte de tropas, e tem capacidade de inutilizar tais veículos perfurando sua couraça.

origem nesse país.

Historicamente, Equador e Peru enfrentaram-se por diversas vezes em conflitos pela demarcação de sua fronteira litigante, sendo que a última, em 1995, envolveu inclusive combates aéreos entre os dois países. Apesar de tais embates, o conflito mais uma vez foi de curta duração e contou com ajuda internacional para a cessão dos combates, no qual uma comissão internacional formada por Argentina, Brasil, Chile e EUA auxiliou a por fim ao conflito, observando a movimentação militar nos dois países e delimitando a fronteira em disputa. A Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), ativa entre 1995 e 1999, interrompeu naquele curto período a disputa territorial, assim como auxiliou na retomada de relações bilaterais entre os vizinhos.

A histórica rivalidade entre Equador e Peru, que por diversas vezes no século XX evoluiu para o confronto aberto, estaria ligada mais a uma questão simbólica, que a questões econômicas alocadas ao território em disputa. Para Bonilla (*apud* GALASTRI, 2005, p. 85), a motivação para o conflito entre os dois países “*estaria na questão territorial como fonte de identidade nacional e, portanto, como instrumento de legitimação do próprio Estado*”. Para Ramón Ortiz:

(...) a disputa fronteiriça entre o Equador e o Peru esteve sendo alimentada, no último meio século, mais pela relevância política do conflito em ambos os países que pela importância em termos estratégicos e econômicos do espaço geográfico em questão. (ORTIZ *apud* GALASTRI, 2005, p. 85).

As questões simbólicas dos conflitos comporiam parte da formação social de todos os países da região, embora não restritas a estes, são fundamentais para a compreensão das tensões que aí têm origem. Para Moraes (2000), a construção da ideia do nacional em países de passado colonial está muito acoplada a uma visão territorial.

Já a situação entre Equador e Colômbia se degradou nos últimos anos após incidentes diplomáticos envolvendo a violação da fronteira no bombardeamento de um acampamento guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano, juntamente com a alegação de que Quito daria abrigo a guerrilheiros dessa organização, o que levou ao rompimento diplomático entre os dois países e a movimentação de tropas para a fronteira, sinalizando um possível enfrentamento. Esse episódio contou com o envolvimento da Venezuela, quando o presidente Chávez ordenou o envio de seu exército para a fronteira colombiana, em apoio à agressão sofrida pelo Equador. Após esse episódio, a Venezuela tem prestado ajuda militar ao país, com o fornecimento de aeronaves de combate para a então debilitada Força Aérea Equatoriana. Além disso, Equador e Venezuela experimentam governos ideologicamente alinhados, representando o movimento de esquerda que tem logrado vitórias nas últimas eleições do continente, e seriam opostos ao presidente colombiano Álvaro Uribe, de orientação conservadora,

alinhado com os EUA⁵⁶.

O Equador ainda possui um processo litigioso com o Peru, o que lhe aproxima do Chile, cujas relações são historicamente pautadas pela Guerra do Pacífico, e que no momento tem um novo capítulo na questão da divisa marítima entre eles. Nos últimos anos, o Equador recebeu, através de doação ou venda a preços módicos, equipamentos militares provenientes do Chile, como navios, aviões e tanques, que estavam sendo retirados de serviço nesse país. Esse movimento de transferência de material bélico para o Equador tem por objetivo não só o fortalecimento de suas forças armadas, mas a manutenção das atenções peruanas sobre esse país, o que interessa ao Chile, na medida em que o Peru passa a se preocupar com duas fronteiras litigiosas.

O Chile, apesar de não fazer parte dos países amazônicos, tem papel importante na realidade aqui analisada como participante de acordos econômicos e nas rivalidades dessa porção do continente. A renovação do arsenal chileno, obedecendo a uma modernização de seus equipamentos, tem motivado profundas críticas por parte do governo peruano⁵⁷, que em 2009, alegou que o país estaria promovendo uma ‘corrida armamentista’ regional, e também com relação ao posicionamento desses novos equipamentos junto à fronteira peruana. O norte chileno enfrenta outro problema ‘insolúvel’, na forma do constante questionamento boliviano quanto à sua saída para o mar, perdida no século XIX, na Guerra do Pacífico, que aumenta o potencial conflituoso e tem influência sobre os projetos de integração regional.

A distribuição das contendas sul-americanas não está restrita somente a região do ‘Arco de Instabilidade’, mas presente também no chamado ‘Arco da Estabilidade’, como apresenta Costa (2009). O autor considera ainda movimentos fronteiriços entre o Brasil e seus vizinhos mediterrâneos, Paraguai e Bolívia, como conflitivos, abordando-os como de ordem agrária e energética.

As relações entre os processos de integração e os conflitos

Como assinalamos anteriormente, a história sul-americana das últimas cinco décadas foi marcada por diversas tentativas de aprofundar as relações entre os países da região, por meio de vários projetos de integração baseados no intercâmbio comercial e retirada de restrições tarifárias, que auxiliariam no desenvolvimento econômico dos países envolvidos. Paralelamente a esses projetos, os conflitos entre os países voltaram a ser presenciados, mesmo entre os que

56 Outra questão que tem motivado o distanciamento entre os países amazônicos é o diferente posicionamento político dos governos recentemente eleitos, baseados em uma confrontação ideológica encarnada por esses governos, reforçando a rivalidade aí inserida. A América do Sul tem experimentado governos com discurso insuflado por uma mescla de “*tendências socialistas, populistas, nacionalistas e, principalmente, anti-americanas*” (MEDEIROS FILHO, 2008, n.d.).

57 Presente no artigo “Peru está preparado para a defesa em todos os campos, diz García”, *O Estado de São Paulo*, 28/jul/2009. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,peru-esta-preparado-para-defesa-em-todos-os-campos-diz-garcia,409899,0.htm>. Acesso em 22 set. 2009.

conjuntamente se relacionavam nesses projetos, em um movimento contraditório de aproximação e rompimento das relações.

Recentemente, novos processos de rivalidade têm surgido em meio aos antigos problemas – geralmente fronteiriços – que apresentavam os países amazônicos. Novamente, a região caracterizada como ‘Arco da Instabilidade’ é a principal área para a emergência desses entraves, porém o Cone Sul volta a apresentar sinais de envelhecimento das propostas contidas no Mercosul e abre caminho para a volta de situações de divergência entre os membros do bloco, que *a priori* deveriam ser de fácil resolução, mas têm sido usadas como símbolos políticos em seus respectivos países:

No início do século XXI, a América do Sul passou por transformações significativas em seu perfil identitário. A deterioração dos modelos de desenvolvimento econômico fez recrudescer regimes de esquerda com projetos de cunho alternativo, ao mesmo tempo em que refluxos nacionalistas enfraqueceram o quadro democrático da região. Concomitantemente, a nova onda bolivariana, de conformação de sociedades mais justas com base nos ideais de Simon Bolívar, espalhou-se da Venezuela e contaminou Bolívia e Equador, criando pólos de oposição no sistema sul-americano. Com isso, tensões e atritos colocaram em choque Brasil e Venezuela, no caso do Mercosul; Argentina e Uruguai no caso das papeleiras; Brasil e Paraguai no caso de Itaipu; Colômbia, Equador e Venezuela no caso das FARC; Brasil e Bolívia no caso do gás; e novamente o Brasil, desta vez com o Equador no caso da Odebrecht, que resultou na convocação do embaixador brasileiro em Quito para consulta. Como consequência o conceito de América do Sul como ponto focal da política externa brasileira teve sua validade desafiada pelas contingências históricas. (GALVÃO, 2009, p. 67).

A insuficiência dos modelos internos de desenvolvimento e dos acordos integracionistas, baseados unicamente em princípios econômicos de enlace, tem levado ao retorno de situações conflitivas entre os países sul-americanos, demonstrando a sua incapacidade em lidar com a complexidade territorial e caminhar para a superação dessas situações divergentes entre signatários de acordos integracionistas. Apenas uma efetiva interdependência poderia, segundo Bonilla, corroborar para uma situação de paz, já que a influência de conflitos nas economias locais seria por demasiado danosa e não teria apoio da população. A importância da interdependência econômica dos países também reforçaria a segurança regional, inviabilizando um conflito devido às perdas que sofreriam com essa opção. Ainda segundo Bonilla (*apud* GALASTRI, 2005), uma maior interdependência econômica entre Equador e Peru poderia garantir a consolidação da paz entre os dois, já que as vendas do Peru para o Equador representavam apenas 1% do total de vendas peruanas em 1995, época do último enfrentamento entre os dois. Da mesma forma, dados divulgados pelo governo colombiano, através de seu *Ministerio de Comercio, Industria y Turismo*, referentes ao *Plan de Choque II*, do primeiro trimestre de 2010, mostram uma grande queda do comércio bilateral com a Venezuela, em paralelo ao aumento da tensão entre ambos⁵⁸. Atualmente

58 COLÔMBIA. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. **Plan Choque II**. Disponível em <http://www.mincomercio.gov.co/econtent/Documentos/intervenciones/2010/PlanChoque.pdf>. Acesso em 20 de Jul.

esses dois países representam maior possibilidade de regressão para um conflito, baseado em divergência política e também na influência dos EUA sobre a Colômbia.

Dessa maneira, a integração entre países da América do Sul ou envolvendo esses países tem sido motivada não somente por interesses econômicos, mas também pela realização de uma série de acordos bilaterais, com objetivos de garantir o acesso a equipamentos de defesa e treinamento, de dimensão estratégica, demonstrando a importância dessa perspectiva com relação a acordos econômicos.

As aproximações estratégicas em torno de rivalidades comuns têm se desenvolvido através de cooperação técnico-militar e/ou de aproximações político-diplomáticas. Esse tipo de relacionamento tem sido observado justamente na região noroeste da América do Sul, envolvendo os países amazônicos, membros do TCA, e contribuindo para a manutenção da instabilidade regional e recrudescimento das relações a níveis baixos de interdependência. Diferentemente das rivalidades que têm se dado entre os vizinhos fronteiriços, as aproximações estratégicas se apresentam entre países que não partilham fronteiras em comum, o que dificulta sobremaneira uma integração mais aprofundada entre esses países e ainda mantém ativa a rivalidade na região.

A disposição atual desses movimentos de aproximação bilateral, frente às rivalidades entre os países da região amazônica, revela um processo de intercalação entre conflitos e aproximações que teriam no Equador uma área-pivô, concentrando nesse país uma maior quantidade de movimentos, o que poderia se traduzir na área com maior probabilidade de tensões ou, então, na de mais difícil formatação de um processo de integração (Figura 1).

Figura 1 - Movimentos de Aproximação e Rivalidades no Arco da Instabilidade



Dentre os acordos bilaterais que envolvem os países da região, o que desperta maior interesse sobre as condições e funcionamento, certamente, é o que envolve Colômbia e EUA, no chamado Plano Colômbia. Esse acordo envolve a transferência de grande quantidade de equipamentos militares no reforço das forças armadas colombianas para o combate dos movimentos guerrilheiros e traficantes de droga que atuam no país, além de treinamento, assessoria militar e ajuda financeira para a manutenção das operações. Dentre os problemas desse relacionamento estão as desconfianças manifestadas pela diplomacia dos países vizinhos, sobre as reais motivações a respeito do envolvimento dos EUA na região da floresta amazônica. Para o Brasil, tal acordo representa também a perda da hegemonia política sobre a Colômbia, já que, nesse caso, teriam preferências as relações com os EUA. Segundo Villa e Ostos (2005, p. 106):

No plano político, Brasil e Colômbia têm visões divergentes em dois pontos: o Plano Colômbia, o que implica em discordâncias acerca das relações com os EUA, e o lugar do Brasil no processo de negociação de paz. O Plano Colômbia, de iniciativa norte-americana e implementada durante o governo Pastrana, é visto com muita reserva pelos formuladores da política externa brasileira, que suspeitam de uma militarização das regiões andina e amazônica a partir da Colômbia.

Esse acordo também não é bem visto por outros países, como Venezuela e Equador, que o

enxergam como a porta de entrada dos interesses dos EUA na região amazônica, além de romper com o equilíbrio estratégico na região através a ajuda financeira e bélica de um projeto eminentemente militar (MARQUES, 2009), representando mais um risco com a possibilidade de solapar definitivamente os sistemas sub-regionais de cooperação:

A superioridade norte-americana tem trazido inúmeras implicações para a agenda de segurança regional da América do Sul, pois os diversos desacordos em segurança e defesa cooperativa entre os países sobre as questões de segurança e defesa servem de pretexto [sic] para a negociação bilateral de acordos com os Estados Unidos, esvaziando a multilateralidade de acordos da região. (SENHORAS, 2009, p. 14).

Para Bertha Becker (2004), a inserção de uma potência externa na região amazônica estaria relacionada às suas disputas pelas áreas de recursos naturais do planeta. O Plano Colômbia representaria assim a estratégia individual dos EUA, através de uma forma coercitiva e velada sobre o território:

Na medida em que a disputa entre as potências é aguçada, surge uma nova forma de tentar superar os conflitos, de pressionar os países periféricos e de assumir o controle da decisão sobre territórios. Tratam-se de alianças temporárias para atuar em espaços e questões específicos, situadas nas interfaces de interesses das potências. A face civil dessa aliança é a cooperação internacional, bilateral ou em projetos conjuntos. (BECKER, 2004, p. 35-36).

Os acordos entre grandes potências e países periféricos, com benefícios econômicos, políticos e sociais para esses últimos em muitos casos duvidosos, não são benéficos para a sua relação com seus vizinhos, afetando sua política externa na medida em que elegem um beneficiário entre eles. Outros acordos bilaterais como os apresentados entre Chile-Ecuador e Venezuela-Ecuador, envolvendo relações políticas e doações de armamentos, são sintomáticos quanto ao atual cenário regional de instabilidade, pois podem favorecer o ressurgimento de conflitos no subsistema amazônico ou a emergência de situações tensas. Esses acordos bilaterais não representam avanço para o surgimento de um cenário de cooperação sólido na região, pois não incentivam uma condição de confiança mútua entre os vizinhos e tampouco afirmam um cenário de cooperação em segurança e defesa:

(...) as *políticas de cooperação de caráter bilateral* se mostram ineficazes e o atual cenário geopolítico cooperativo é propício à construção de uma *comunidade regional de segurança e defesa*, para aumentar o comprometimento mútuo na formação de contingentes militares regionais, na compatibilização e aquisição conjunta de equipamento militar ou na definição de estratégias comuns de defesa para a região. (SENHORAS, 2009, p. 8).

Como comparação, podemos citar o caso da criação do Mercosul que, a despeito das atuais condições de reativação de divergências internas, se estabeleceu após a consolidação das relações entre Brasil e Argentina a partir de *“propostas e ações no plano de segurança, inclusive na área*

nuclear, fomentando um clima de confiança mútua crescente e que ensejou, em seguida, o desmantelamento das hipóteses de conflito entre os dois países” (VAZ, 2002 *apud* MEDEIROS FILHO, 2004, p. 15-16). Essa perspectiva é também tratada por Hurrel (1998 *apud* SENHORAS, 2009), quando relata que a cooperação em exercícios militares e controle de armamento tem levado à convergência dos países do Cone Sul.

Dentre os entraves ao avanço das negociações em favor da integração, a influência externa é certamente um dos maiores problemas, uma vez que no círculo militar as intervenções com origem nas grandes potências são percebidas e identificadas como prejudiciais. De maneira geral, os militares dos países amazônicos creem nos interesses externos sobre a região amazônica, no que poderia ser caracterizado como um cenário de cobiça internacional (MEDEIROS FILHO, 2004), divergindo, no entanto, sobre a natureza desta cobiça (MARQUES, 2009).

As tendências instáveis na América do Sul não têm passado despercebidas pelos governantes, ao contrário, têm levado ao surgimento de iniciativas com o objetivo de barrar esses movimentos desestabilizantes e formar definitivamente uma zona de paz e segurança.

Diante da possibilidade de consolidação da paz no subcontinente, foi lançada, no final de 2008, a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como parte da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), com vistas a impedir o florescimento de novos conflitos, na condição de um espaço de diálogo e troca de informações que influenciem de forma benéfica a região, garantindo sua estabilidade. Essa proposta, mais uma vez originária do Brasil, tem como base a mudança na perspectiva de enquadramento político doravante praticado pelo país, fruto do novo perfil da política externa brasileira, substituindo suas relações prioritárias da América Latina pela América Sul (GALVÃO, 2009). Outra proposição com relação ao anseio brasileiro na criação dessa nova forma de cooperação, agora baseada em questões de segurança e defesa, seria a constante busca pelo papel de liderança regional e a perspectiva de integrar uma versão ampliada do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Entretanto, cabe a essa proposta o crédito de levar em consideração a superação dos movimentos de rivalidade na América do Sul como premissa básica para a integração regional, em que uma comunidade baseada em laços de cooperação em segurança e defesa poderia garantir as condições ideais para o fortalecimento dessas perspectivas na região. Para John Speedy (*apud* GALASTRI, 2005, p. 91) “*a cooperação no campo militar dá sustentação às instituições democráticas e mantém a região em paz no começo de um século repleto de desafios*”. A proposta enxerga, ainda, a resolução dos problemas sul-americanos como de responsabilidade dos próprios países da região, em aversão a possibilidade de intervenções feitas por países extrarregionais (SENHORAS, 2009), como é o caso do Plano Colômbia.

O desenvolvimento de um modelo de cooperação baseado no vetor segurança e defesa, a despeito de suas singularidades, deve seguir uma evolução como apresentada no Quadro 1:

Quadro 1 - Evolução de Acordos de Cooperação em Segurança e Defesa

NASCENTE	Quando há aumento de canais e instituições regionais
ASCENDENTE	Quando há fortalecimento da confiança mútua e das instituições regionais, com colaboração entre forças armadas
MADURA	Quando as ações de guerra entre parceiros passam a ser improváveis

Fonte: Elaboração própria, baseado em Senhoras (2009).

A formalização de uma agenda única para a região serviria de princípio para o fortalecimento da proposta, com a compatibilização dos assuntos estratégicos tratados por cada país, e enfrentamento das ameaças enfrentadas pelo subcontinente e nas abordagens para esses problemas. Como exemplo, uma política sólida de combate ao tráfico de drogas passaria por processos de entendimento mútuo quanto à natureza da ameaça - se terrorista, guerrilheira, traficante, narcotraficante, etc - pelos países assolados pelo problema, e uma mesma abordagem para o problema no âmbito interno de cada país, com o envolvimento ou não das forças armadas, já que isso não é consenso na América do Sul.

A efetivação de acordos baseados na área de defesa poderia também abarcar o desenvolvimento conjunto de sistemas e equipamentos, objetivando a independência regional nesses setores críticos, gerando industrialização e ganhos em escala, absorvidos pelos países envolvidos, assim como a interdependência estratégica na produção conjunta do material, minimizando o risco de agressões entre esses Estados. A criação e desenvolvimento de equipamentos como radares, sensores ópticos, eletrônicos e diversos outros materiais, encontraria fácil aplicação na área civil, podendo suprir toda a região e serem exportados para outros países.

O desenvolvimento pelo Brasil de vários equipamentos, como o novo avião de transporte KC-390, mísseis e navios, poderiam equipar toda a América do Sul e diminuir os custos do projeto e produção, reduzindo também atrasos que comumente são experimentados nessa área. Além disso, o desenvolvimento conjunto desse tipo de equipamentos reduziria os custos de operação, com a unificação dos mesmos sistemas e, praticamente, impossibilitaria o surgimento de conflitos devido à interdependência produtiva dos principais meios utilizados neles. Esse tipo de processo já é há muito tempo praticado no continente europeu, onde podem ser encontrados inúmeros casos de sucesso, e também de fracasso, fruto de relações desenvolvidas ao longo de 50 anos, que demonstram a impraticabilidade da manutenção de uma indústria de defesa completa em cada país, devido aos enormes gastos nesse setor. Hoje inúmeros exemplos do desenvolvimento conjunto podem ser encontrados no avião de caça Eurofighter, no avião de transporte A-400M e nos navios da classe FREMM, que têm gerado resultados positivos na redução de gastos no desenvolvimento e ganhos com a exportação desses equipamentos, além da efetivação da integração entre os países

produtores.

Considerações Finais

As conclusões a respeito de um assunto tão complexo como a integração e os conflitos na América do Sul, e mais especificamente, na porção amazônica, não se traduzem de forma simples como aqui apresentado, mas esperamos ter apontado o início de uma discussão mais ampla e aprofundada sobre o tema, no intuito de esclarecer as atuais divergências e movimentos de aproximação nessa região.

Como assertivas preliminares, poderíamos apontar para a falta de acordos que compreendam, além da área econômica, a área de defesa dos países proponentes dos projetos de integração, já que os convênios baseados simplesmente no intercâmbio de mercadorias não superaram antigas rivalidades existentes na região e podem mesmo aguçá-las ainda mais em momentos de crise. Os acordos de cooperação militar bilaterais por ora estabelecidos no setor amazônico, feitos de forma parcial, favorecem um aumento da tensão e solapamento dos acordos integracionistas pretendidos.

A concepção de um projeto envolvendo desenvolvimento tecnológico e comercial, que seja benéfico para todos os países envolvidos, sem que haja o florescimento de um poder hegemônico, passa por um acordo de cooperação que busque, acima de tudo, o compromisso pela manutenção da paz, a qual somente pode se estabelecer após a superação das rivalidades entre os países envolvidos.

O que vem ocorrendo na América do Sul é a manutenção de relações bilaterais entre os países com base nos problemas comuns relativos a outros países, o que afeta de maneira geral toda a região e reforça a insegurança para a realização de projetos conjuntos, baseados unicamente em metas econômicas e liberalização comercial, como vem sendo tentado até o momento.

Referências

ANTIQUERA, Daniel de C. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: Cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/index6107.html>. Acesso em 28 de Jan. 2010.

GALASTRI, L. O. **A missão de observadores militares Equador-Peru – MOMEPE (1995 – 1999) e a participação do Exército Brasileiro**. Out. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2005.

GALVÃO, Thiago G. América do Sul: Construção pela Reinvenção (2000 – 2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 52, v.2, pp.63-80, 2009. Disponível em: <<http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/openaccess/2009/revista/031471.pdf>>. Acesso em 28 de Maio 2010.

MACHADO, Lia O. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**, Rio de Janeiro, 1 (2), pp. 19-32, 1997. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02_3_machado.pdf>. Acesso em 12 de Fev. 2010.

MARQUES, Adriana A. **A Amazônia no Pensamento Militar Sulamericano**. Disponível em: <www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/aamarques.Abed.09.doc>. Acesso em 28 de Abr. 2010.

MATTOS, Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2004.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Geografia Política sul-americana e percepções das agências de defesa**. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page17/files/OscarMedeiros.pdf>>. Acesso em 28 de Abr. 2010.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Conselho de Defesa Sulamericano: Origens, Demandas e Propósitos**. Disponível em www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho.doc. Acesso em 14 de Out. 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil : O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SENHORAS, Elói Martins. **O Conselho Sul-Americano de Defesa e as Percepções da Construção da Segurança Cooperativa no Complexo Regional da América do Sul**. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/SRC-Colombia09/Papers/Senhoras%20BRAI.pdf>>. Acesso em 28 de Abr. 2010.

SILVEIRA, H. G. **Integração latino-americana: projetos e realidades**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

VILLA, Rafael D.; OSTOS, Maria Del P. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: Visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48 (2), pp. 86-110, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a05v48n2.pdf>. Acesso em 25 de Jan. 2010.